

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Tributação e Intervenção Estatal no Estado Fiscal	7
1.1 O dever fundamental de recolher tributos e o custo dos direitos.....	7
1.2 A intervenção estatal no mercado como forma de resguardo dos direitos fundamentais: possibilidades e limites	20
1.3 Os impactos da tributação como instrumento de intervenção estatal ...	34
1.4 A extrafiscalidade e a função indutora das normas tributárias: características, riscos e controlos.....	42
1.5 O poder de não tributar – benefícios e incentivos fiscais: conceito e formas de manifestação.....	57
1.6 Aproximações e diferenças entre despesas diretas e benefícios fiscais.....	69
Capítulo 2: Os Controlos Formais à Concessão de Benefícios e Incentivos Fiscais: Forma de Instituição, o Gasto Tributário e seus Impactos Orçamentários	79
2.1 O controle de forma: necessidade de instituição de benefícios fiscais por lei stricto sensu (art. 150, §6º, CF/88).....	83
2.1.1 A necessidade de lei em sentido estrito e o procedimento orçamentário	86
2.1.2 Que a lei em sentido estrito seja específica	96
2.2 O controle de transparência: a exposição e a quantificação das renúncias fiscais (art. 165, §6º, da CF/88)	99

2.3 O controle de impacto orçamentário: a necessidade de demonstração de ausência de impacto ou de medidas compensatórias (art. 14, LRF)	109
2.3.1 O alcance do art. 14 da LRF: os benefícios fiscais abrangidos pela sua exigência de compensação orçamentária.....	120
2.3.2 O Art. 14, da LRF, e os benefícios fiscais a “custo zero”	125

Capítulo 3: Os Controles Materiais à Concessão de Benefícios Fiscais: Análise do seu Conteúdo, Finalidades e Efeitos..... 129

3.1 O princípio da isonomia tributária como limite material a discriminações injustificadas na concessão de benefícios fiscais e o problema do poder judiciário como “legislador positivo”	131
3.2 A proporcionalidade da restrição à livre iniciativa e à livre concorrência como limite material às normas concessivas de benefícios fiscais.....	150
3.3 O controle das finalidades e dos efeitos das normas concessivas como um duplo controle à efetividade dos benefícios fiscais	176

Capítulo 4: A Possível Aplicação Prática dos Controles Materiais às Normas Concessivas de Benefícios Fiscais – Análise de Casos..... 207

4.1 1º Caso: A concessão de crédito presumido de PIS/COFINS aos produtores de leite, com exceção às cooperativas agroindustriais do setor lácteo	208
4.2 2º Caso: A concessão de crédito presumido de IPI para as montadoras atuantes no setor automobilístico localizadas nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do país, desde que habilitadas perante o poder executivo em data já passada quando da sua instituição (31.05.1997)	216

4.3 3º Caso: A redução a zero da alíquota do Imposto de Importação para determinadas armas de fogo.....	224
4.4 4º Caso: A fixação de alíquotas diferenciadas de IPI incidente sobre o açúcar, a depender da localidade em que produzido	231
Conclusão	243
Bibliografia.....	247